



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 41277 - SP (2020/0346243-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECLAMANTE : MONTE ALEGRE FAZENDAS LTDA
RECLAMANTE : MONTE ALEGRE AGRICOLA LTDA
RECLAMANTE : MONTE ALEGRE PARTICIPACOES S/A
RECLAMANTE : LEONARDO DE MORAIS CARVALHO
RECLAMANTE : RICARDO DE MORAES CARVALHO
RECLAMANTE : ACIDEMANDO DE MORAES CARVALHO
ADVOGADOS : GUSTAVO EMANUEL PAIM - MT0146060
SEBASTIAO MONTEIRO DA COSTA JUNIOR - MT0071870
HAIANA KATHERINE MENEZES FOLLMANN - MT018024
DOUGLAS CRUZ OLIVEIRA - MT0276910
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : PANTALICA CONSULTORIA ESTRATEGICA LTDA
ADVOGADOS : MIRELLA GUEDES CAMPELO - SP203715
LEANDRO AUGUSTO RAMOZZI CHIAROTTINO - SP174894

DESPACHO

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar ajuizada por MONTE ALEGRE FAZENDAS LTDA., MONTE ALEGRE AGRICOLA LTDA., MONTE ALEGRE PARTICIPACOES S.A, LEONARDO DE MORAIS CARVALHO, RICARDO DE MORAES CARVALHO, ACIDEMANDO DE MORAES CARVALHO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que, ao deferir a tutela recursal no Agravo de Instrumento n. 2269593-06.2020.8.26.0000, determinou a manutenção do bloqueio de valores pecuniários nos autos da Ação de Execução n. 1095555-57.2019.8.26.0100, em trâmite na 41ª Vara Cível de São Paulo (SP).

Narra que há ofensa à autoridade da decisão do colendo Superior Tribunal de Justiça, perpetrada pelo Desembargador Cláudio Hamilton, integrante da 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, no dia 3/12/2020, deferiu liminar nos autos do Agravo de Instrumento n. 2269593-06.2020.8.26.0000, e pelo Juiz de Direito Regis de Castilho Barbosa Filho, titular da 41ª Vara Cível de São Paulo, que, nos autos da Ação de Execução n. 1095555-57.2019.8.26.0100, na data de 14/12/2020, determinou o bloqueio de ativos financeiros do grupo empresarial reclamante, no qual figura como exequente a credora, ora interessada, Pantálica Consultoria Estratégica Ltda.

Trata-se na origem de execução movida pela ora interessada, Pantállica Consultoria Estratégica Ltda., em desfavor da parte reclamante, objetivando o recebimento de R\$ 124.657,00 (cento e vinte e quatro mil seiscientos e cinquenta e sete reais), referente à prestação de serviços em favor do grupo empresarial em recuperação judicial.

Paralelamente, tramita o processo de recuperação judicial da parte reclamante, Processo n. 8807-53.2019.811.0004, no Juízo da 2ª Vara Cível de Barra do Garças (MT).

O Juízo reclamado recebeu a execução e determinou a indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome do grupo empresarial em recuperação judicial, então parte executada, sendo realizado o bloqueio de R\$ 138.980,08 (cento e trinta e oito mil novecentos e oitenta reais e oito centavos) nas suas contas bancárias.

A parte reclamante ingressou com o Conflito de Competência n. 171.185/MT (2020/0058641-2) no Superior Tribunal de Justiça, com a finalidade de reconhecimento da competência do Juízo universal do processo recuperacional para deliberar sobre o patrimônio do grupo empresarial em recuperação judicial.

O Superior Tribunal de Justiça determinou a suspensão dos atos executórios ordenados pelo Juízo da 41ª Vara Cível de São Paulo, nos autos do Processo n. 1095555-57.2019.8.26.0100, ficando designado o Juízo de Direito da 2ª vara Cível de Barra do Garças para dirimir as questões urgentes, inclusive sobre a destinação a ser dada a eventuais valores penhorados das recuperandas.

A parte interessada interpôs embargos de declaração perante o Juízo recuperacional, objetivando o reconhecimento da extraconcursabilidade de seu crédito objeto da ação de execução em comento, o que foi totalmente rejeitado, com ratificação da total submissão do crédito ao processo de recuperação judicial. Contra tal decisão foi interposto o Agravo de Instrumento n. 1018122-66.2020.8.11.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, por meio do qual foi negada a liminar.

De consequência, o Juízo de execução determinou o desbloqueio de valor penhorado nas contas do grupo empresarial em recuperação judicial. A parte credora interessada contra essa decisão interpôs o Agravo de Instrumento n. 2269593-06.2020.8.26.0000 no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo havido a determinação monocrática da manutenção do bloqueio dos valores contra a parte reclamante.

Por conseguinte, o Juízo da execução, em cumprimento ao teor da decisão monocrática de segundo grau, determinou o restabelecimento da ordem de apreensão mediante a implementação de novo bloqueio nas contas do grupo empresarial em recuperação judicial.

Às fls. 1.584-2.643, a interessada, Pantállica Consultoria Estratégica Ltda. apresenta petição impugnatória acerca do pleito reclamatório protocolado, com

argumentação no sentido de que está, segundo alega, caracterizada má-fé da parte reclamante em razão de alegada omissão de supostas informações relevantes à apreciação do pleito.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Tendo em vista que os fatos merecem maiores esclarecimentos a fim de se aferir a existência do alegado descumprimento da decisão proferida no CC n. 171.185/MT e considerando a inexistência de risco de perecimento da pretensão deduzida em juízo, requirite-se informações à autoridade reclamada, no prazo de 10 dias.

Após apreciarei o pedido de liminar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente